

ARAÚJO, Nabil. *O evento comparatista: da morte da literatura comparada ao nascimento da crítica*. Londrina: EdUEL, 2019.

Rafael Guimarães Tavares da Silva<sup>1</sup>

O campo dos estudos literários no Brasil recebe uma incontornável contribuição teórica com a publicação recente do livro de Nabil Araújo, *O evento comparatista: da morte da literatura comparada ao nascimento da crítica* (2019). Retomando uma parte importante da premiada tese que o autor defendeu junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, em 2013, essa publicação aborda temas fundamentais da problemática disciplinar relativa à literatura e – mais especificamente – à literatura comparada, sobretudo para quem se volte a tais temas no Brasil: propondo rodeios decisivos pela história da institucionalização dos estudos literários na França, a partir das pretensas diferenças básicas entre as noções de crítica literária e historiografia literária (da qual o comparatismo seria apenas um ramo), esse estudo se detém em momentos críticos dessa história – sobretudo em suas manifestações nos Estados Unidos e no Brasil – a fim de dar a ver o que entende como “um evento de primeira grandeza na história dos estudos literários ocidentais”, isto é, “o evento comparatista” (Araújo, 2019, p. 132). Antes, contudo, de acompanhar o percurso textual delineado pelas leituras sugeridas pelo autor, cumpre situar esse livro no interior de sua obra.

Nabil Araújo é figura conhecida de quem se dedica seriamente ao campo dos estudos literários, assim pelo menos desde a defesa de sua dissertação em 2006, intitulada *Do conhecimento literário: ensaio de epistemologia interna dos estudos literários (Crítica e Poética)*. Com mais de quinhentas páginas, esse trabalho – defendido no mesmo Programa de Pós-Graduação por onde obteve seu título de Doutor – tornou-se uma referência importante para qualquer estudante de literatura que se interesse por uma história possível tanto da crítica literária quanto da Poética (no sentido mais técnico que os formalistas russos oferecem a esse termo a partir de sua busca pela “literariedade”). Com referências abundantes aos principais autores e textos desses vastos campos do conhecimento, esse trabalho acadêmico – ainda inédito em livro – sem dúvida mereceria ser publicado por uma editora à altura do que ele representa para a geração de estudantes que tem se formado a partir de sua leitura. Seu autor é conhecido também porque seu projeto “Ensino de literatura e desenvolvimento da competência crítica: uma ‘terceira via’ didático-pedagógica” foi premiado pela Fundação Carlos Chagas como a melhor experiência educativa inovadora realizada por docente de Licenciatura em 2014. Além disso, ele notabilizou-se ainda por ter se posicionado polemicamente com relação a teses de autores tão consagrados quanto Ian Watt e Sandra Guardini Vasconcelos (Araújo, 2015a; 2015b), por exemplo, ou Franco Moretti (Araújo, 2015c; 2017). Tais polêmicas guardam detalhes que valeria a pena retomar aqui – com o fim de explicitar aspectos importantes de uma ética do debate acadêmico e da forma como o próprio Nabil Araújo se posiciona no tocante a isso –, mas essa reconstrução terá que aguardar uma oportunidade ainda por vir, posto que ora pretendo me restringir à exposição das linhas gerais de seu livro *O evento comparatista*.

No breve preâmbulo da obra, o autor situa a problemática em torno à definição de literatura comparada na atualidade, retomando duas proposições que Rita Schmidt tomara de empréstimo em 2005 a um livro de Gayatri Spivak, *Death of a discipline* [Morte de uma disciplina] (2003), quais sejam: “[a] literatura comparada está morta” e “[a] literatura comparada está por vir” (Schmidt, 2005, p. 114). Ainda que reconheça a relevância do trabalho de Schmidt em aclimatar no Brasil o programa spivakiano de um “comparatismo planetário”, Araújo (2019, p. 12) problematiza a assimilação simples que a estudiosa parece propor aí do pensamento de Spivak à desconstrução de Jacques Derrida, “como se houvesse uma

---

<sup>1</sup> Dourando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Universidade Federal de Minas Gerais.

identificação pura e simples entre os dois componentes desse pretense binômio”. Retornando à cena inaugural da leitura de *Death of a discipline* no Brasil, o autor dá início a um percurso textual que colocará em xeque a própria disciplinaridade da literatura comparada, revelando a um só tempo tanto a historicidade de toda crítica literária quanto a criticidade de toda história da literatura, bem como suas condições históricas de (im)possibilidade.

A primeira parte da obra, “Copiar e colar... Interromper, suspender, reverter”, abre-se com o subtítulo “Para ler Spivak”. Nele, fica sugerido que Spivak – para além do que poderiam parecer a princípio meras estratégias retóricas, segundo a leitura de Schmidt – propõe uma série de deslocamentos importantes na retomada de noções características da obra de Derrida, como é o caso da “*teleopoiesis* derridiana”. A noção é extraída da leitura que Spivak faz do livro *Politiques de l’amitié* [Políticas da amizade], a partir de sua tradução anglófona, com o fim de definir tanto um objeto quanto um procedimento de leitura para a literatura comparada: implicando algo como “reconstelar, copiar e colar para editar” (Spivak, 2003, p. 34), esse procedimento e os deslocamentos envolvidos por ele fariam parte da técnica geral da nova forma de se conceber essa disciplina.

Embora a própria Spivak – em outra parte do trecho citado acima – agradeça explicitamente por aquilo que toma de empréstimo a Derrida, esse pensador havia esboçado, num livro anterior, uma crítica profunda às falhas da leitura spivakiana, afirmando até que certos trechos da mesma revelariam “uma incapacidade grosseira de ler” (Derrida, 2002, p. 24). Essa constatação dá azo a que Araújo (2019, p. 22-24) teça uma reflexão sobre as implicações possíveis de um ato de “copiar-e-colar” como o de Spivak (“retomando” Derrida) ou o de Schmidt (“retomando” Spivak), onde há tanto deslocamentos relevantes a serem levados em conta quanto uma dimensão de aculturação, um procedimento de domesticação e arquivamento da formulação “copiada-e-colada”. Nada se passa como assimilação simples, como mera “duplicação”. Segundo o autor, é preciso que se considerem tais implicações na hora de se avaliar a importação de ideias estrangeiras para um país como o Brasil, a fim de se reconhecer um possível direito “nosso” no trato com as teorias estrangeiras, isto é, a fim de se pensar “nosso” direito à teorização (Araújo, 2019, p. 28).

No subtítulo “Teorizar: ex-apropriar”, Derrida é o ponto de partida para um questionamento radical do que significa se dedicar à teorização num país em que a herança colonial passa não apenas pela língua, mas também pela lei e pela religião. Contrapondo-se a discursos de base eurocêntrica sobre a modernidade ocidental, Araújo (2019, p. 29) vislumbra aí a possibilidade de um cosmopolitismo que não seja nem eurocêntrico nem antieurocêntrico, mas que compreenda a ex-apropriação como uma necessidade incontornável de todo o processo cultural, afinal, “[t]oda cultura é originariamente colonial”, como já sugerira o próprio Derrida (1996, p. 68). Segundo o estudioso brasileiro, aquilo que se quereria chamar “desconstrução” poderia ser um modo de se lidar com esse passado de violências – responsável por instituir um presente de desigualdades –, para além dos riscos habituais de amnésia: isso poderia ser feito recorrendo-se a um procedimento anamnésico que ultrapassasse a mera anamnese e que inaugurasse a possibilidade de compreensão das implicações derivadas de todo deslocamento teórico ou cultural. Daí a necessidade de se afirmar uma tradução ex-apropriadora como condição de possibilidade para o pensamento num país como o Brasil (Araújo, 2019, p. 37).

Em primeiro lugar, seria importante elaborar uma reflexão sobre a própria língua em que se teoriza: o português não é – a rigor – uma língua do Brasil, afinal, ele foi trazido para a América a partir de um processo colonial extremamente violento, misturou-se às línguas dos povos autóctones e de outros trazidos para esse mesmo lugar – como os que foram sequestrados na África a fim de serem escravizados –, e só se impôs de modo mais geral a partir do século XVIII, sob a influência do Marquês de Pombal. Ademais, seria necessário levar em conta as especificidades de cada experiência colonial, buscando-se compreender suas performances discursivas diferenciais não como afirmações de uma identidade, mas como perturbações de

toda crença numa identidade. É a partir dessas balizas tornadas possíveis com Derrida que o autor fará uma série de considerações instigantes sobre a invisibilidade perpetrada pela ideia de latinidade (da qual estariam frequentemente excluídos os negros e os índios), ou sobre a posição complicada do Brasil no interior de um pensamento latino-americano:

Eis, assim, o que se poderia chamar a dupla fantasmaticidade do “português brasileiro”: (i) aquela associada à espectralização de um idioma europeu quando de sua “(re)aparição”, ao modo de língua materna, num contexto de fala não europeu; (ii) aquela associada à incontornável irredutibilidade desse idioma-fantasma ao idioma oficial de uma “*Latinidad*” ou “*Latinoamericanidad*” com feições homogeneizantes. (Araújo, 2019, p. 53).

Segundo o autor, essa dupla fantasmaticidade seria obliterada sempre que, em português, se recorresse a um discurso como o da antropofagia no Brasil. Citando o “Manifesto Antropófago” (1928), de Oswald de Andrade, e a retomada que Haroldo de Campos faz dele num célebre ensaio publicado originalmente nos anos 1980, Araújo (2019, p. 55) demonstra o que há de problemático nessas abordagens, quando elas propõem um “*vínculo identitário de cunho histórico* (e, mesmo, *racial*) [...] entre a figura do antropófago evocada em seus manifestos e eles próprios (por extensão, todos os seus pares ‘brasileiros’ ou ‘latino-americanos’) como defensores e praticantes da antropofagia cultural.” Para além tanto desses discursos que buscam definir o “nacional por devoração” (assentados na certeza de uma identidade nacional) quanto daqueles que pretendem acusar a inapelável inautenticidade nacional das “ideias fora do lugar” (assentados igualmente numa certeza de viés essencialista), a desconstrução – e, nesse sentido, a própria literatura comparada inspirada por ela – poderia surgir como via alternativa para se pensar o legado colonial numa chave ex-apropriadora.

A segunda parte do livro, intitulada “De um tom apocalíptico adotado há pouco em literatura comparada”, leva a cabo essa proposta, ao interromper, suspender, reverter – de modo ex-apropriador – os principais movimentos de apropriação (terminológica, conceitual, metodológica) a que se aludira anteriormente. Não à toa, questiona-se em primeiro lugar o gesto de Spivak ao tomar aquilo que Derrida chamara de “*téléiopoièse*” para fazer disso sua “*teleopoesis*” (com sintomáticas alterações na grafia dessa palavra), a fim de aplicá-la a um objeto e a um procedimento de leitura para sua nova literatura comparada. Tal como especifica Araújo (2019, p. 63):

A certa altura do segundo capítulo de *Politiques de l’amitié*, Derrida, às voltas com a dimensão do *talvez* [*vielleicht*] no pensamento nietzschiano, detém-se numa passagem célebre de *Jenseits von Gut und Böse* [Além do bem e do mal] acerca de “Nossas virtudes” (§214), na qual Nietzsche conclama os “europeus de amanhã”, “primogênitos do século XX”, a se desvencilharem dos apetrechos da “boa consciência”, da “crença na sua própria virtude” usados por seus avós, incluindo a si próprio entre os destinatários desse vocativo: “nós, os últimos europeus com boa consciência”. Nietzsche conclui, então, com a sentença que interessará mais de perto a Derrida: “– Ach! *Wenne ihr wüßtet, wie es bald, so bald schon – anders kommt!*” [Ah, se vocês soubessem o quão rapidamente, tão rapidamente – isso mudará!] (Nietzsche *apud* Derrida, 1994, p. 49).

A Derrida importa a dimensão autoperformativa da sentença nietzschiana, ainda que ela pudesse parecer a princípio ser apenas uma previsão. Segundo essa leitura, haveria aí um efeito conjunto de performativo e constativo, responsável por tornar absoluto, perfeito, completado, terminado, aquilo mesmo que anuncia. O autor joga ainda com o outro sentido de “*tele*”, qual seja, aquele que diz a distância e o longínquo, segundo “uma poética da distância à distância” e de “uma aceleração absoluta no atravessamento do espaço pela estrutura mesma da frase” (Derrida, 1994, p. 50-51).

Entretanto, tal como sugere Araújo (2019, p. 66), a partir também das críticas tecidas a Spivak nos Estados Unidos, a leitura que ela faz do texto derridiano apaga uma dimensão

fundamental do que aí se encontra em jogo. Interessada apenas no caráter de *inversão à distância* que o recurso à citação pode vir a ter (no caso de Nietzsche, por meio da subversão de uma possível sentença de Aristóteles), a autora elege esse aspecto como característica de sua “nova literatura comparada”, mas deixa explicitamente de lado a dimensão “teleológica” (ou melhor, “autoteleológica”) do que interessava mais de perto a Derrida. Nesse sentido,

a questão é que as coisas se passam, em *Death of a discipline*, sob o signo não de uma tradução de Derrida, muito menos de uma tradução criativa (ou qualquer coisa que o valha) de Derrida, e sim do mero empréstimo terminológico-conceitual, pelo qual Spivak faz questão de agradecer ao autor de *Politiques de l'amitié*, sob o signo, pois, de um copiar-e-colar nem um pouco transgressor ou “inversor”, como se Spivak se limitasse, então, a *citar* Derrida (Araújo, 2019, p. 69).

Evidentemente, seria possível tecer longas considerações sobre uma ética da leitura a partir do caso dessa incontestável desleitura spivakiana – ainda mais quando a própria Spivak vinha defendendo que a literatura comparada deveria ensinar não apenas a ler originais, mas a traduzi-los. Além disso, seria possível questionar as próprias bases da proposta da autora para uma “nova literatura comparada”, colocando em xeque a dimensão proposicional que ela delineia para a mesma. Com isso, seria inevitável opor-se também à tranquilidade com que Schmidt parece querer trazer ao Brasil, por meio de um mero copiar-e-colar, em português, Spivak copiando-e-colando Derrida.

Complicado assim – ou melhor, desdobrado assim – o ponto de partida desse percurso textual, segue-se um subcapítulo dedicado à forma aporética por que Derrida concebe o problema da fundação e da legitimidade da literatura comparada. A aporia aí delineada, contudo, parece ser aguçada e aparentemente superada pela argumentação de Spivak em *Death of a discipline*. Voltando-se para a situação crítica dessa disciplina na década de 1990, principalmente nos Estados Unidos – onde os efeitos acadêmicos, pedagógicos e ideológicos dos “Cultural Studies” se faziam sentir mais do que em qualquer outro lugar do mundo –, Spivak busca não apenas constatar a morte da literatura comparada, mas performá-la, como se a um só tempo a previsse e a prescrevesse (Araújo, 2019, p. 81). Ainda que não se colocasse do lado dos acadêmicos culturalistas – na medida em que esses perderiam “a especificidade literária do autóctone” (Spivak, 2003, p. 15) –, a autora defende a necessidade de que a velha disciplina da literatura comparada, renitentemente eurocêntrica, morresse para se renovar.

Num breve excursão, Araújo propõe considerações sobre o caráter alegórico que a discussão culturalista e a guerra teórica aparente em torno a essa questão teve no Brasil, mesmo num momento anterior à importação desse gesto spivakiano por parte de Schmidt. Alertando para a dimensão apenas pretensamente epistemológica que a acusação de inautenticidade e impropriedade pôde ter nessa discussão, na medida em que se prestou tanto a defensores dos “Estudos Culturais” quanto a seus detratores, o autor aponta as consequências possíveis de um ato de leitura como o que ele próprio avança a partir dos textos de Spivak e de sua retomada por Schmidt:

Ao largo [...] da mera apropriação (cópia-e-colagem) em português para fins acadêmicos, pedagógicos, político-ideológicos, mas ao largo também da postura nacionalista expropriatória lapidariamente definida por Moreiras (a de um “discurso de propriedade baseado na expropriação da impropriedade do outro”), desenha-se, aqui, agora, uma leitura *ex-apropriadora* desse texto teórico estrangeiro aparentemente tão senhor de si naquilo que declara em sua língua “própria”. O grande efeito dessa *ex-apropriação* “terceiro-mundista”, por assim dizer, do texto teórico dito de “primeiro mundo” seria não o de dar a ver algum estágio ultrapassado do desenvolvimento cultural do centro produtor de saberes de onde são importadas as novidades, mas o de revelar o caráter *não próprio*, e a rigor *inapropriável*, daquilo mesmo de cuja propriedade se julgava seguro nesse discurso teórico. (Araújo, 2019, p. 88).

Na sequência do argumento, Araújo propõe uma comparação entre a crítica que Didier Coste (2003) faz do tom apocalíptico desse livro de Spivak àquela que Immanuel Kant (1796) fizera desse mesmo tom por parte de certos filósofos alarmistas de sua época. Valendo-se do modo por que Derrida (1981) recria esse debate característico da *Aufklärung* [Esclarecimento], em seu texto “D’un ton apocalyptique adopté naguère en philosophie” [De um tom apocalíptico adotado há pouco em filosofia], o autor evidencia que esse tipo de discurso busca alcançar um concerto de, pelo menos, dois efeitos diferentes: por um lado, almeja-se aí mais do que meramente constatar a aproximação do fim, mas sim performar tal aproximação; por outro lado, projeta-se tal aproximação em direção ao outro pelo emprego de um tom apocalíptico (Araújo, 2019, p. 92). Com isso, esvazia-se um nome, como o de “filosofia” ou o de “literatura comparada”, a fim de se apoderar dele: tal é a estratégia empregada por Spivak para superar (aparentemente) a aporia relativa ao problema da fundação e da legitimidade da literatura comparada. Nas palavras de Araújo (2019, p. 98): “a verdade da LC [literatura comparada] é sua morte, posto que só sua morte traz em si – anuncia, implica ou instaura – seu futuro, seu por-vir como disciplina. Eis o que se poderia chamar, em suma, de *estrutura apocalíptica da fundação* em Spivak.”

Que essa superação se dê no sentido de uma *Aufhebung* hegeliana é algo que a própria formulação de Spivak já dá a entender. Compreendendo a ação de *aufheben* como algo que implica a negação de uma coisa – sua anulação, abolição, eliminação –, mas ao mesmo tempo também sua preservação – sua conservação –, é preciso notar que toda *Aufhebung* consistiria na ação de “superar conservando” (Araújo, 2019, p. 99). Nesse sentido,

[a] morte como suprassunção disciplinar é o que permitiria [...] a Spivak reconfigurar, à sua maneira, o campo comparatista, determinando o que aí vale e o que não vale mais em termos teórico-metodológicos, não obstante mantendo-se no interior do mesmo e gozando da estabilidade e dos benefícios institucionais garantidos sob o *nome* da LC. É o *nome*, pois, da disciplina, que seria preciso acima de tudo resguardar e conservar, quaisquer que sejam as mudanças propostas, tudo se passando como se se tratasse de readequar o *nome* à coisa, o *mesmo* nome, e tudo o que ele implica em termos institucionais, a uma *nova* coisa. (Araújo, 2019, p. 99-100).

É com base em tal expediente que Spivak contrapõe as características de uma “velha literatura comparada” – pretensamente existentes desde sua criação na Europa do século XIX – àquelas de sua manifestação mais “nova”, sugerindo que o traço definidor da forma tradicional de literatura comparada seria “a habilidade de ler cerradamente [*reading closely*] no original” (Spivak, 2003, p. 6). A autora sugere que justamente esse traço deva ser conservado pela “nova literatura comparada” defendida por ela. O problema, contudo, é que tal centralidade da prática chamada *close reading* [leitura cerrada] simplesmente não pode ser verificada ao longo de toda a existência dessa disciplina. A bem da verdade, isso só passa a acontecer a partir do processo de consolidação de uma “Escola Americana” de literatura comparada – processo iniciado menos de meio século antes da publicação do livro de Spivak, quando em 1956 René Wellek pronuncia sua célebre comunicação “The crisis of comparative literature” [A crise da literatura comparada].

Delineando o tom apocalíptico também desse texto – sobretudo a partir da forma como uma velha modalidade de literatura comparada era vista em seus estertores, a partir das mortes de seus antigos mestres, como Van Tieghem, Farinelli, Vossler, Curtius, Auerbach, Carré, Baldensperger e Spitzer (Wellek, 1963, p. 282) –, Araújo elenca assim os principais pontos do diagnóstico wellekiano: em primeiro lugar, um “conceito mecanicista de fontes e influências”; em segundo, uma “demarcação artificial de objeto e metodologia”; enfim, uma “motivação por nacionalismo cultural”. Tais seriam os “sintomas da crise de longa duração da literatura comparada” detectados por Wellek (1963, p. 290) e a reorientação proposta por ele como forma

de se contrapor a essa crise poderia ser compreendida como uma defesa apaixonada do estudo intrínseco da obra literária.

Esta, em síntese, a formulação paradigmática da *leitura-cerrada-do-texto-literário* como tarefa comparatista por excelência. Bem entendido, ela enuncia-se, com Wellek, em franca oposição à identificação então vigente da tarefa comparatista com o *estudo-de-fontes-e-influências* tal como preconizado pela “Escola Francesa” de LC – não havendo nada, portanto, como a *longue dureé* comparatista sugerida por Spivak sob o rótulo de “velha LC”. Justamente esse foco na literatura “em si”, essa preocupação com a “literariedade” e com a *close reading* do texto literário tão típicos da doravante chamada “Escola Americana” de LC é que serão questionados [...] à luz de uma agenda culturalista; e quando Spivak se opõe às linguisticamente pouco rigorosas leituras culturalistas (que mantêm importantes pontos de contato, vê-se agora, com a “Escola Francesa” de LC) em nome da “habilidade de ler cerradamente no original”, ela o faz exatamente na forma de uma negação/conservação (suprassunção) do “velho” ideário comparatista wellekiano sob a égide do qual se deram seus anos de formação. (Araújo, 2019, p. 105).

Se a ruptura de Spivak não foi tão radical quanto talvez tenha parecido a princípio, a de Wellek representou um momento de inflexão importante na história da literatura comparada. Instituído a crise como condição de possibilidade para o exercício de crítica literária, o autor inaugura uma nova concepção do método a ser aplicado por essa disciplina, revelando a dimensão de descontinuidade no interior de seu processo de continuidade histórica. Com ele, o nome de “literatura comparada” é mantido e, por conseguinte, o procedimento embutido nesse mesmo nome, qual seja, o de comparação. O problema, contudo, é que a operação comparativa – embora seja um traço necessário da literatura comparada como disciplina – não basta para sua delimitação e identificação.

Ora, essa era uma objeção já aventada pelos representantes da “Escola Francesa”, e enfrentada, como tal, no próprio gesto de *disciplinarização* da LC por eles efetuado em seus textos fundadores. O fato é que, nesse referido gesto, a postulação do chamado “método da explicação causal” desempenhava uma função não acessória mas essencial, de modo que sua destituição por excelência da LC não seria nada “simples”, como gostaria Wellek, acarretando, na verdade, uma reviravolta bem mais grave que a da pretensa fundação de uma nova escola comparatista: algo, com efeito, que colocaria em xeque a própria *disciplinaridade* da LC – por extensão, sua legitimidade, seu próprio direito à existência como disciplina autônoma no campo dos estudos literários. (Araújo, 2019, p. 110).

Com essas palavras encerra-se a segunda parte do livro e já se indica o desdobramento final que virá com a terceira parte, intitulada “Comparatismo: a miragem, o evento”. Voltando-se para a fundação da literatura comparada na França do século XIX, a partir da ideia de que tal disciplina deveria estar pautada por uma comparação de viés histórico – e não em juízos de fundamento estético, como seria característico antes da crítica literária –, o autor sugere assim o prestígio do método comparativo em outras disciplinas importantes da época, como a anatomia e a linguística. Segundo tal perspectiva, o comparatismo não pressuporia um trabalho de crítica: desse modo, a própria disciplinaridade da literatura comparada estaria fundamentada em tal dicotomia, na qual a comparação – de base histórica – corresponderia aos imperativos de cientificidade vigentes na época, enquanto a crítica não.

Apenas quando se levam em conta essas distinções fundamentais da “Escola Francesa”, as propostas de Wellek (1963) passam a poder ser vistas com a radicalidade que as caracterizou em seu primeiro momento. Apontando a dimensão crítica por trás de toda história literária, o autor expande as fronteiras da literatura comparada e “faz remontar os primórdios da disciplina à retórica latina clássica, a partir da qual teria se desenrolado todo um rico percurso de desenvolvimento do comparatismo ocidental, passando pelo Renascimento, pelo Iluminismo e pelo advento da Estética no fim do século XVIII” (Araújo, 2019, p. 115). O problema, entretanto, é que, assim compreendida, “a história do comparatismo tende a confundir-se com a história da crítica

literária *tout court*, colocando-se em xeque, com isso, a própria ideia de uma disciplina autônoma no interior dos estudos literários.” (Araújo, 2019, p. 116).

A “reorientação” proposta por Wellek à literatura comparada – agora já se pode compreender claramente – é concebida como uma reorientação em direção à crítica. Isso, no entanto, não constitui qualquer tipo de retorno a um ponto anterior ao ato histórico de fundação da literatura comparada como disciplina, mas como reversão do discurso oficial acerca dessa fundação. Com isso, fica evidenciada a fragilidade sobre a qual se assentam as possíveis pretensões epistemológicas e disciplinares da literatura comparada. Apenas quando se recalca a difícil questão da comparação – ato incontornável tanto da crítica quanto da história da literatura – é que a instituição do comparatismo pode se sustentar, por meio de uma aparente autolegitimação. O paradoxo, portanto, é que tal recalçamento se torna a própria condição de possibilidade para o comparatismo, ainda que ao preço “de sua possibilidade não como disciplina, mas como *miragem* disciplinar” (Araújo, 2019, p. 121).

Se a forma como Wellek “atesta a criticidade inerente a toda comparação literária” é destacada pela interpretação acima aludida, o estudioso brasileiro defende a importância de se notar ainda que a “Escola francesa” – a partir do discurso teórico de um Van Tieghem, por exemplo – demonstra a comparatividade inerente a toda crítica, na medida em que toda atividade crítica se revela inerentemente comparativa. Assim,

[o] discurso do comparatismo emerge, pois, em seu caráter de acontecimento, ao modo do que se poderia chamar uma *consciência comparatista*: não a do surgimento de uma pretensa (sub)disciplina comparatista a ser institucionalizada como tal (algo que, não obstante, acabou acontecendo sob a forma da LC), mas a da oposição entre duas perspectivas divergentes de comparação crítica – uma “retoricista” e outra “historicista” – no próprio alicerce do edifício crítico (a instituir-se) no século XIX. Essa oposição implicaria como que uma comparatividade (de perspectivas críticas rivais) *antes* da comparação, comparatividade da qual dependeriam, aliás, os próprios princípios da prática crítico-comparativa *por vir*, incluindo-se a ideia de “literatura” com a qual trabalhar. (Araújo, 2019, p. 127).

Que a literatura comparada – e o próprio estudo literário – tenham se desenvolvido a partir dessa indecidibilidade constitutiva da oposição entre as perspectivas críticas em questão é um fato fundamental da história disciplinar que tem sido aqui retomada. Apesar de impossível, a decisão por um desses dois lados é igualmente necessária sempre que se pretenda colocar em funcionamento um modelo ou sistema de comparação crítico, de modo que seria preciso reconhecer nesse ato mesmo – a partir de um horizonte incontornavelmente indecidível – o verdadeiro “nascimento” da crítica.

Desse modo, a trajetória leitoral proposta por Nabil Araújo acarreta – a partir de sua imprevisibilidade e sua irreversibilidade – o surgimento de algo que passa a poder ser reconhecido *a posteriori* como um evento a um só tempo contingente e necessário. Se isso não emerge ao modo de uma verdade apenas revelada pela argumentação, mas construída pelo fio textual aqui retomado – de Spivak a Wellek, passando por Schmidt e Derrida, e de Wellek a Van Tieghem e aos velhos mestres franceses da literatura comparada do século XIX –, nada permitiria predizer seus fins ou se precaver contra eles. Tal evento recebe então o nome de “evento comparatista” e é reconhecido como um acontecimento de primeira grandeza na história dos estudos literários. Revelando a dimensão de “dizer-evento” traçada por essa obra, seu encerramento se dá com essas alvissareiras palavras (retomadas aqui como se fossem deste mesmo que ora as cita):

A possibilidade (e a expectativa) de que o dizer-evento comparatista venha a se repetir anuncia-se, assim, como a condição de possibilidade de uma historiografia da crítica que, sob a forma de reiterados acontecimentos metacomparativos *historio-gráficos* (por vir), reiteradamente nos dê a ver a historicidade da crítica recalçada pela periódica institucionalização/naturalização de protocolos de leitura no âmbito dos estudos literários.

E então, a cada vez, e uma vez mais, do evento comparatista, (re)nascerá a crítica. (Araújo, 2019, p. 138).

## Referências

- ARAÚJO, Nabil. *Do Conhecimento Literário: Ensaio de epistemologia interna dos estudos literários (Crítica e Poética)*. 2006. 579f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2006.
- \_\_\_\_\_. *O evento comparatista: Na História da Crítica / No Ensino de Literatura*. 2013. 379f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2013.
- \_\_\_\_\_. O postulado do “realismo formal” no Brasil: da tautologia nacional à profissão de fé. *O eixo e a roda: Revista de Literatura Brasileira*. Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 139-156, 2015a.
- \_\_\_\_\_. Do romance: entre a “lei do gênero” e a “lei do gênio”. *Eutomia: Revista de literatura e linguística*. Recife, v. 16, n. 1, p. 118-136, 2015b.
- \_\_\_\_\_. Vista de longe, a literatura é o que desaparece... (acerca de um fracasso programático em Franco Moretti). *Anais da XII SEVFALE*, Belo Horizonte, UFMG, p. 649-660, 2015c.
- \_\_\_\_\_. O efeito de real – entre a *poiesis* e a veridicção. *Anais eletrônicos do XV Congresso Internacional da ABRALIC – 07 a 11 de agosto de 2017*. Vol. 2. Rio de Janeiro, UERJ, 2017, p. 2658-2665.
- COSTE, Didier. Votum mortis. *Recherche Littéraire/Literary Research*, v. 20, n. 39-40, p. 49-57, 2003.
- DERRIDA, Jacques. D’un ton apocalyptique adopté naguère en philosophie. In: LACOUÉ-LABARTHE, Philippe; NANCY, Jean-Luc (Dir.). *Les fins de l’homme: à partir du travail de Jacques Derrida*. Paris: Galilée, 1981. p. 445-479.
- \_\_\_\_\_. *Politiques de l’amitié*. Paris: Galilée, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Le monolinguisme de l’autre ou la prothèse d’origine*. Paris: Galilée, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Marx & Sons*. Paris: PUF/Galilée, 2002.
- SCHMIDT, Rita Terezinha. Alteridade planetária: a reinvenção da Literatura Comparada. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, n. 7, p. 113-129, 2005.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Death of a discipline*. New York: Columbia University Press, 2003.
- WELLEK, René. The crisis of comparative literature. In: \_\_\_\_\_. *Concepts of criticism*. New Haven/London: Yale University Press, 1963. p. 282-295.